

Dossiê

Os 200 anos da Guerra da Cisplatina: abordagens transnacionais em meio a celebrações nacionais (apresentação)

Pablo Ferreira [*]

[*] Professor adjunto da Universidad de la República (UdelaR). Montevideo, Uruguai. E-mail: pablo.ferreira2311@gmail.com

ORCID: 0000-0002-0170-5366

Murillo Dias Winter [**]

[**] Professor adjunto e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Erechim (RS). Chapecó (SC), Brasil. E-mail: murillo.winter@uffs.edu.br

ORCID: 0000-0001-5163-7202

Resumo: A Guerra da Cisplatina, também chamada Guerra do Brasil, ocupa lugar constante nas historiografias brasileira e uruguaia. Frequentemente analisada sob enfoques militar, diplomático ou político tradicional, teve o nacionalismo como eixo central dessas narrativas. Tal perspectiva, contudo, revela uma tensão: trata-se de um território de fronteiras móveis e de uma cronologia difícil de inscrever em discursos fundacionais. Este dossiê propõe, no marco dos 200 anos do conflito, situá-lo em dinâmicas mais amplas, tanto no tempo quanto no espaço. O processo envolveu diferentes províncias, identidades plurais e disputas que atravessaram o Prata, projetando futuros políticos diversos. Compreender o episódio significa reconhecê-lo como marco da história sul-americana, cujos efeitos se estenderam ao longo do século XIX, moldando a vida política de Brasil, Argentina e Uruguai, bem como as disputas em torno de suas memórias nacionais.

Palavras-chave: Guerra da Cisplatina; Historiografia; Nacionalismo.

200 Years of the Cisplatine War: transnational approaches amid national celebrations (presentation)

Abstract: The Cisplatine War, also known as the War of Brazil, holds a constant place in Brazilian and Uruguayan historiographies. Often examined from military, diplomatic, or traditional political perspectives, nationalism has been the central thread of these narratives. This approach, however, reveals a tension: it concerns a territory of shifting borders and a chronology difficult to frame within foundational discourses. This dossier proposes, on the bicentennial of the conflict, to situate it within broader temporal and spatial dynamics. The process engaged diverse provinces, plural identities, and disputes that traversed the Río de la Plata, projecting different political futures. To understand the episode is to recognize it as a landmark of South American history, whose consequences extended throughout the nineteenth century, shaping the political life of Brazil, Argentina, and Uruguay, as well as disputes surrounding their national memory.

Keywords: The Cisplatine War; Historiography; Nationalism.

Em abril de 2025 completaram-se duzentos anos do desembarque de militares orientais exilados em Buenos Aires na praia da Agraciada, às margens do rio Uruguai. O episódio foi interpretado como gesto patriótico pelos orientais e como agressão territorial pelo Brasil, ampliando tensões que culminariam em 10 de dezembro de 1825 com o início da Guerra da Cisplatina, também chamada de Guerra do Brasil. O confronto ocorreu em um período crucial e incerto da formação dos países do Cone Sul. Disputava-se um território que buscava afirmar uma identidade própria, mas que, ao mesmo tempo, era reivindicado como parte integrante das duas nações em conflito. A esse quadro intrincado somava-se a intervenção da Grã-Bretanha, atenta às potencialidades econômicas da região. Guerra de defesa, revolta provincial, última das guerras de independência ou primeira das guerras internacionais da América do Sul: todos esses epítetos foram aplicados ao conflito, e cada um deles ilumina aspectos parciais de sua complexidade, sem, contudo, esgotá-la. Este dossiê busca, diante da efeméride, repensar o conflito a partir de sua característica mais notável e, ao mesmo tempo, durante muito tempo esquecida pela historiografia: a fluidez das identidades, a pluralidade de alternativas políticas em disputa e a ausência de fronteiras nacionais rígidas ou de formas estritas de identificação nacional.

Na historiografia uruguaia, a Guerra da Cisplatina, nomeada Guerra do Brasil, foi incorporada, desde o século XIX, a uma tradição interpretativa que a situou como momento fundador da nacionalidade uruguaia. Essa leitura, centrada na travessia do Rio da Prata em 1825, deslocou a ênfase do conflito militar entre Brasil e Províncias Unidas para a construção de uma memória de origem nacional. Tal perspectiva, ao privilegiar a independência uruguaia como resultado imediato da guerra, revela menos o confronto diplomático e bélico em si do que o modo como a historiografia buscou elaborar mitos de fundação e dar sentido às rupturas políticas da época.

Publicada em 1879, *La cruzada de los treinta y tres*, de Luis Arcos Ferrand (1976), ofereceu uma síntese política do período e integrou o esforço de artistas, escritores e historiadores uruguaios na criação de uma história oficial em meio às incertezas sobre a viabilidade nacional e às transformações sociais da época. Esse projeto atendeu também à necessidade de partidos conservadores de se afirmarem como pilares da nova ordem no início do século XX. Segundo Tomás Sansón (2006), a construção de símbolos e narrativas comuns teve na educação um instrumento central: a escola gratuita, laica e obrigatória disseminou de forma sistemática uma identidade compartilhada. Nesse contexto, a disciplina de história assumiu papel estratégico, concebida como “una empresa pedagógica racionalmente orientada con el fin de institucionalizar los mitos de origen y los grandes hitos patrióticos” (Sansón, 2006, p. 10). Produções de autores como Francisco Bauzá, Pablo Blanco Acevedo, Alfredo Traversoni, Eduardo de Salterain y Herrera e, sobretudo, Juan Pivel Devoto, tornaram-se referências nesse processo.

Outros historiadores uruguaios abordaram a Província Cisplatina sob perspectivas distintas. Alfredo Castellanos (2011), em *La Cisplatina, la independencia y la República caudillesca*, analisou a administração de Lecor, suas alianças com as elites locais e os efeitos econômicos dessas relações. O grupo marxista de Lucía Sala de Tournon, Nelson de la Torre, Julio Rodríguez e Rosa Alonso (1971), em *La oligarquía Oriental en la Cisplatina e Después de Artigas* (1972), interpretou o período como de expansão do latifúndio, de exploração dos recursos e de colonização militar brasileira, atribuindo a Lecor papel decisivo nos levantes de 1825. Já Carlos Real de Azúa (1991), em *Los orígenes de la nacionalidad uruguaya*, rompeu com a leitura tradicional da independência e apresentou a dominação luso-brasileira como um momento de identidades fluidas e de incertezas quanto ao futuro político da região. Em breve síntese, a historiografia uruguaia das décadas centrais do século XX debateu intensamente os acontecimentos políticos de 1825-1828, mas estudou de forma escassa e deficiente a guerra, priorizando uma abordagem em chave nacional e desvinculada da região. Os principais temas em discussão foram: os objetivos do movimento iniciado em 1825 (isto é, se buscava a independência nacional ou a união às províncias argentinas) e o papel da mediação britânica no desfecho da guerra e no surgimento do Estado Oriental.

Em 1986, o professor José Pedro Barrán publicou um artigo breve, mas decisivo para a renovação da historiografia uruguaia, “La independencia y el miedo a la revolución social”, no qual expôs a relação entre as opções políticas do período, o temor à guerra e o receio do retorno da temida “anarquia” entre as notabilidades orientais. Essa tese, desenvolvida, refinada e aprofundada em diversos trabalhos por Ana Frega, a quem entrevistamos no presente dossiê, permitiu superar a antiga dicotomia historiográfica entre nacionalistas e unionistas, que marcara por décadas o estudo do processo de independência. Os trabalhos de Frega possibilitaram avanços em uma abordagem regional do conflito bélico e em novas perspectivas acerca do papel da diplomacia britânica na busca pela paz e no surgimento do Estado Oriental. Estudos recentes, como os de Wilson González sobre a imprensa, de Ariadna Islas sobre a definição de limites, de Inés Cuadro sobre a nova institucionalidade criada na Província Oriental durante a guerra ou de Pablo Ferreira sobre a vida política na cidade de Montevideu são tributários dessa renovação.

No Brasil, grande parte dessa produção historiográfica voltou-se, dentro de um quadro mais amplo, a interpretar a política externa brasileira ou a narrar operações militares, combates e episódios bélicos específicos. Nesse horizonte, a trilogia de Paulo de Queiroz Duarte (1985), *Lecor e a Cisplatina: 1816-1828*, oferece descrição minuciosa da atuação de Carlos Lecor, destacando continuamente seus feitos militares e os deslocamentos das tropas que ocuparam a região. Lecor é representado como herói e administrador competente. Na mesma linha, David Carneiro (1983), em *História da Guerra Cisplatina*, constrói um relato meticuloso, baseado quase exclusivamente na cronologia das batalhas, resultando em uma obra farta

em documentação, mas pobre em interpretação crítica. Já Henrique Wiederspahn (1961), em *Campanha de Ituzáingó*, segue abordagem semelhante, embora acrescente um tom didático ao apontar equívocos e acertos das forças brasileiras.

No campo dos estudos sobre fronteiras e política externa no Império, João Pandiá Calógeras ([1927] 1998), em *A política exterior do Império*, analisa as articulações de Carlota Joaquina e a atuação de Lecor na Província Cisplatina, destacando o uso de subornos para controlar a elite local e questionando o alcance do Congresso Cisplatino (1821). Obra de caráter análogo é a de Carlos Delgado de Carvalho ([1959] 2016), *História diplomática do Brasil*, fundamental para o tema, que examina as relações entre o governo brasileiro, as Províncias Unidas e os representantes da Banda Oriental. Para o autor, a intervenção brasileira foi indispensável à pacificação, ao mesmo tempo em que ressalta a participação britânica nas negociações de paz, sustentando seus argumentos com documentos apresentados ao fim de cada capítulo.

Outros três autores se destacam na análise das relações internacionais, ainda que sob perspectivas diversas. Moniz Bandeira (2012), em *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à Guerra da Tríplice Aliança*, interpreta a intervenção brasileira como economicamente necessária e respaldada pelas elites agrárias da Banda Oriental, além de sublinhar a violência e a fraude associadas à ação de Lecor. Diferentemente, Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno (1992), em *História da política exterior do Brasil*, defendem que o momento mais expressivo da diplomacia imperial esteve ligado à existência da Província Cisplatina, enfatizando a aproximação entre Brasil e Paraguai e a intervenção na Banda Oriental. Para eles, nas negociações finais, a afirmação da nacionalidade uruguaia pesou mais para a independência do que qualquer projeto britânico de criar um “Estado-tampão”, interpretação que não corresponderia aos reais interesses da Grã-Bretanha na região.

Como se observa, seja pela história militar, pela história das relações internacionais ou pela história política de viés tradicional, o nacionalismo constituiu a tônica dessa produção historiográfica. Trata-se, contudo, de um fundamento que encerra certa contradição, pois se refere a uma região de fronteiras fluidas e a uma cronologia difícil de enquadrar em um discurso épico de fundação da nação. Essa dificuldade implica silêncios e resulta em escassa produção acadêmica, tanto no Uruguai quanto no Brasil. No caso brasileiro, João Paulo Pimenta (2006) argumenta que, devido aos recortes temáticos nacionais estabelecidos no século XIX, a história da Província Cisplatina não foi incorporada à história do Brasil, já que apenas os acontecimentos situados dentro dos atuais limites do território nacional passaram a ser considerados parte da história oficial da nação. Em relação à produção uruguaia, Ana Frega (2011) aponta uma motivação semelhante. Para a historiadora, o período que vai do Congresso Cisplatino (1821) à Convenção Preliminar de Paz (1828) “es un tema poco

abordado por la historiografía uruguaya, en parte debido a la ‘dificultad’ para insertar esa etapa en una interpretación lineal y ‘nacionalista’ de la independencia” (Frega, 2011, p. 11).

Diante desse quadro, este dossiê aponta para a necessidade da Guerra da Cisplatina, no marco de seu bicentenário, ser entendida a partir de dinâmicas mais amplas temporal e espacialmente, que extrapolam os limites de um conflito restrito a batalhas, homens de armas ou tratados de paz. É um processo que atravessa diferentes províncias, identidades e regiões, projetando disputas em torno do futuro político do Prata. Compreender esse episódio significa situá-lo como marco fundamental da história da América do Sul, cujos desdobramentos se prolongaram ao longo do século XIX, influenciando avanços e recuos de fronteiras, tensas relações diplomáticas no espaço platino e a intensa vida política de Brasil, Argentina e Uruguai em seus esforços de construir Estados e definir nacionalidades.

No artigo “O Conselho de Estado e a política externa do Império do Brasil: neutralidade e estratégia no Rio da Prata durante a Guerra Grande (1838-1852)”, Carla Menegat se volta à Guerra Grande (1838-1852) para iluminar o lugar do Brasil naquele cenário conturbado. O foco recai sobre o Conselho de Estado, criado em 1841, e sobre como ele discutiu e modulou os rumos da política externa. Longe de uma neutralidade passiva, o texto mostra que as posições brasileiras foram moldadas por tensões internas, desafios de fronteira e pressões internacionais. Ao examinar as Consultas do Segundo Conselho, revela-se como a diplomacia imperial articulou interesses diversos, equilibrando os riscos da Revolta Farroupilha, as disputas no Prata e o temor de um confronto direto com a Argentina. O artigo, assim, contribui para compreender como o Império se moveu em um tabuleiro sul-americano instável, no qual cada decisão tinha impacto imediato nas fronteiras e no equilíbrio regional.

Ainda nas fronteiras sulinas, Daniel Rei Coronato, no texto “Entre a Cisplatina e a Guerra Civil: política externa e a província do Rio Grande do Sul (1828-1835)”, revisita o período imediatamente posterior à Convenção de Paz de 1828 para discutir os limites da soberania imperial no Prata. A definição da fronteira seca entre Brasil e Uruguai abriu espaço para tensões constantes e para a intensificação de vínculos transfronteiriços. A partir de documentação diplomática e provincial, o artigo mostra como as elites rio-grandenses atuaram como mediadoras entre interesses locais e da Corte, condicionando a própria eficácia da política externa. Nesse quadro, a instabilidade da região e as redes de sociabilidade que atravessavam as fronteiras aparecem como elementos centrais para compreender as origens da Guerra Civil Rio-Grandense.

Já no artigo “Disputa política, emigración y asilo en el Río de la Plata: un acercamiento a partir de las “revoluciones lavallejistas”, 1832-1834”, os levantes de Juan Antonio Lavalleja entre 1832 e 1834 são analisados por Pablo Ferreira, que discute como o exílio político e as práticas de asilo moldaram a dinâmica da região platina. A análise percorre diferentes espa-

ços – do Estado Oriental às províncias do Prata e ao Rio Grande do Sul – mostrando como a circulação de líderes e facções ultrapassava fronteiras frágeis e obrigava os novos estados a responderem a desafios diplomáticos. O artigo demonstra que o deslocamento de opositores não apenas alimentava disputas internas, mas também impunha funções de vigilância e negociação, revelando a instabilidade estrutural dos regimes emergentes no período pós-independência.

Por fim, Ânderson Marcelo Schmitt aborda o motim militar ocorrido em abril de 1831 na Ilha de Santa Catarina, protagonizado por tropas recém-chegadas da Guerra da Cisplatina no texto “Desmobilização e revolta: o motim das tropas brasileiras no retorno da Cisplatina (1831)”. O episódio, deflagrado logo após a abdicação de dom Pedro I, revela como oficiais e soldados, politizados pela experiência de campanha, souberam transformar a conjuntura imperial em oportunidade para pressionar por demandas concretas, como o pagamento de soldos atrasados e a substituição de autoridades locais. Ao recuperar os fatores estruturais e imediatos que levaram à revolta, o estudo ilumina a relação entre conjuntura política nacional e mobilização militar no pós-Cisplatina.

O dossiê se complementa com uma entrevista realizada à professora Ana Frega, da Universidad de la República (Uruguai), na qual são abordadas diversas facetas do conflito bélico, ao mesmo tempo em que se analisam as tensões entre conhecimento histórico e processos de comemoração no marco do bicentenário desses acontecimentos.

Referências

ALONSO, Rosa Eloy et al. *La oligarquía oriental en la Cisplatina*. Montevideo: EPU, 1971.

ALONSO, Rosa Eloy et al. *Después de Artigas*. Montevideo: EPU, 1972.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *A expansão do Brasil e a formação dos Estados na Bacia do Prata (da colonização à Guerra da Tríplice Aliança)*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

BARRÁN, José Pedro. La independencia y el miedo a la revolución social en 1825. *Revista de la Biblioteca Nacional*, Montevideo, n. 24, dez. 1986. p. 65-78.

CALÓGERAS, João Pandiá. *A política exterior do Império*. Brasília: Senado Federal, [1927] 1998. (Edição fac-similar)

CARNEIRO, David. *História da Guerra Cisplatina*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

CARVALHO, Carlos Delgado de. *História diplomática do Brasil*. Brasília: Senado Federal, [1959] 2016.

CASTELLANOS, Alfredo. *La Cisplatina, la independencia y la República caudillesca*. Montevideo: Banda Oriental, 2011.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992.

DUARTE, Paulo de Queirós. *Lecor e a Cisplatina 1816-1828*. v. 1. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.

FERRAND, Luis Arcos. *La cruzada de los treinta y tres*. Montevideo: Ministerio de Educación y Cultura, [1879] 1976.

FREGA, Ana. *Pueblos y soberanía en la revolución artiguista: la región de Santo Domingo Soriano desde fines de la colonia a la ocupación portuguesa*. Montevideo: Ediciones Banda Oriental, 2011.

PIMENTA, João Paulo. *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata: 1808-1828*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

REAL DE AZÚA, Carlos. *Los orígenes de la nacionalidad uruguaya*. 2. ed. Montevideo: Arca, 1991.

SANSÓN, Tomás. *La construcción de la nacionalidad oriental: estudios de historiografía colonial*. Montevideo: Departamento de Publicaciones de la UdelaR, 2006.

WIEDERSPAHN, Henrique. *Campanha de Ituzaingó*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961.

Os dados de pesquisa estão disponíveis no corpo do texto. Editores responsáveis: Georgina Silva dos Santos (<https://orcid.org/0000-0002-3946-8685>), Rodrigo Bentes Monteiro (<https://orcid.org/0000-0002-6499-9912>) e Samantha Viz Quadrat (<https://orcid.org/0000-0003-1547-1000>).